

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ROBSON RODRIGO PEREIRA DA FONSECA

**O *VIADINHO* DA ESCOLA: DISCURSOS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE
MASCULINA NA ESCOLA**

Florianópolis

2016

Fonseca, Robson Rodrigo Pereira da
O viadinho da escola : Discursos sobre a
homossexualidade masculina na escola / Robson Rodrigo
Pereira da Fonseca ; orientadora, Miriam Pillar Grossi ;
coorientador, Maurício Pereira Gomes, coorientadora,
Melissa Barbieri. - Florianópolis, SC, 2016.
51 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Curso de Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1.Gênero e Diversidade na Escola. 3. Homossexualidade.
4. Gênero. 5. Escola. 6. Homofobia. I. Pillar Grossi,
Miriam. II. Pereira Gomes, Maurício. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Gênero e Diversidade na Escola.
IV. Título.

ROBSON RODRIGO PEREIRA DA FONSECA

**O VIADINHO DA ESCOLA: DISCURSOS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE
MASCULINA NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Especialista em Gênero e Diversidade na
Escola (GDE).

Orientadora Profa Dra Miriam Pillar Grossi

Coorientador Me. Maurício Pereira Gomes

Coorientadora Me. Melissa Barbieri

Florianópolis

2016

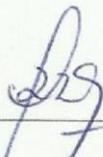
ROBSON RODRIGO PEREIRA DA FONSECA

**O VIADINHO DA ESCOLA: DISCURSOS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE
MASCULINA NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

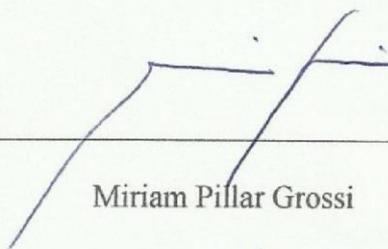
Aprovado em 10 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

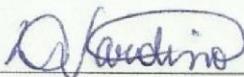


Olga Regina Zigelli Garcia

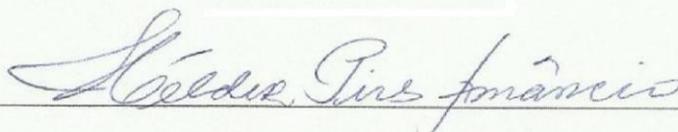
Banca Examinadora:



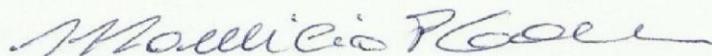
Miriam Pillar Grossi



Daiana Nardino Dias



Hélder Pires Amâncio



Maurício Pereira Gomes

Aos “viadinhos” que sentem a dor do preconceito nas escolas brasileiras, e aos(as) professores(as) para que possam refletir.

AGRADECIMENTOS

Aos(as) professores(as) e tutoras do curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola da UFSC. A todos(as) os(as) profissionais envolvidos(as) para que o curso fosse possível. Aos(as) colegas da turma do polo de Itapema/SC pelos momentos enriquecedores. À minha mãe, Cirlei Salete Debona, pelo apoio e carinho. Ao meu namorado José Luis Bary pela compreensão e parceria durante a elaboração deste trabalho. À professora Miriam Pillar Grossi, minha orientadora, e a Maurício Pereira Gomes e Melissa Barbieri meu/minha co-orientador/a que me direcionaram e fizeram indicações e contribuições fundamentais para o trabalho e para minha vida. Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradeço, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

“Em suma, é no ambiente escolar que os ideais coletivos sobre como deveríamos ser começam a aparecer como demandas e até mesmo como imposições, muitas vezes de forma violenta.”

(Richard Miskolci)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os discursos acerca da homossexualidade nos ambientes escolares. Esta análise é feita através da observação participativa. Enquanto criança, por apresentar trejeitos femininos, eu era chamado de *viadinho*, termo que carreguei até a minha adolescência com muito sofrimento. Hoje, enquanto professor, percebo que existem muitas crianças e adolescentes que passam por experiências semelhantes, e que a escola não as protege como de direito. Inclusive, professores(as) possuem falas que fomentam a homofobia. Portanto, indica-se aqui a importância do estudo de gênero nas escolas para que professores(as) e estudantes percebam e respeitem os(as) diferentes, e façam juntos uma escola igualitária.

Palavras-chave: *Viadinho*, homossexualidade, gênero, escola, homofobia.

ABSTRACT

This work aims to analyze the discourse about homosexuality in school environments. This analysis is done through participatory observation. As a child, by presenting feminine mannerisms, I was called “*viadinho*”, a term that carried it to my teenage years with much suffering. Today, as a teacher, I realize that there are many children and adolescents who have similar experiences, and that the school does not protect them as they are by law. In fact, teachers have lines that encourage homophobia. Therefore, the importance of gender study in schools is important here so that teachers and students perceive and respect different ones, and make an egalitarian school together.

Keywords: *viadinho*, homosexuality, gender, school, homophobia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

CID – Cadastro Internacional de Doenças

DST – Doença Sexualmente Transmissível

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	EU: O VIADINHO DA ESCOLA	14
3	DISCURSOS	27
3.1	A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS NOS DISCURSOS NA HISTÓRIA	27
4	OS DISCURSOS NA ESCOLA.....	34
4.1	DISCURSO I: “UM PROBLEMA NA MINHA SALA”	35
4.2	DISCURSO II: “COMO VOCÊS ACEITAM UM PROFESSOR HOMOSSEXUAL NA ESCOLA?”	37
4.3	DISCURSO III: “VIADINHO, BICHA, BOIOLA, MULHERZINHA...”	39
4.4	DISCURSO IV: “ELE É CHEIO DE TIQUES E TREJEITOS E AINDA RECLAMA!”	41
4.5	DISCURSO V: “TUDO O QUE BICHA COLOCA A MÃO FICA BOM!”	42
4.6	DISCURSO VI: “NÃO QUERO QUE MEU FILHO USE FANTASIAS DE MENINAS”	43
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

Em 2003, com 19 anos de idade, fui convidado por um colega da universidade a conhecer uma “boate gay” em Balneário Camboriú/SC. Eu sabia que iria me deparar com dois homens se beijando, e naquele momento eu queria, tinha vontade de conhecer este lugar. Afinal, depois de tanto reprimir minha homossexualidade, de não aceita-la, eu iria ali enfrentar um dos meus maiores desafios. E foi incrível! Naquela noite, eu vi que não estava sozinho no mundo, e tudo o que eu reprimia, era algo tranquilo naquele espaço. Na mesma noite conheci um rapaz e dei meu primeiro beijo gay. Eu que já havia tido namoradas, pois não aceitava meus sentimentos homoeróticos precoces desde a adolescência, reprimidos ao longo da minha vida, assumia a partir daquele beijo, para mim, minha homossexualidade. O “assumir-se” para amigos e família foi algo que demandou mais tempo, pois tinha medo das reações negativas, já que os discursos de algumas dessas pessoas eram contrários a homossexualidade. Hoje, todos sabem. Assim, o tema da homossexualidade me abordou de maneira instigante. Queria esclarecimento de dúvidas, e foi o que fiz. Conhecendo melhor os outros estabelecimentos destinados ao público gay, na época chamados de GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), percebi a ausência de pesquisa historiográfica com esse tema. Nascia a minha pesquisa da graduação em História sobre esses espaços enquanto locais de liberdade e segregação. Percebi então que os(as) historiadores(as) se preocupavam com questões das discriminações motivadas por fatores étnicos, políticos, religiosos, estéticos, de gênero e de orientação sexual.

Hoje, após alguns anos como educador, percebi que a escola continua sendo território de preconceitos, como aquela da minha infância e adolescência, e por vezes estes preconceitos são estimulados pelos(as) profissionais que nela trabalham. Minha angústia hoje são os discursos que escutei e escuto dos(as) meus(minhas) colegas de trabalho sobre a homossexualidade, e percebo que estes discursos reforçam e estimulam o sofrimento de muitas crianças.

Portanto, para realizar este trabalho busquei analisar qualitativamente os discursos que eu recebi na escola enquanto aluno, discursos que me marcavam enquanto indivíduo diferente daqueles(as) considerados(as) “normais”, e depois, enquanto professor, procurei verificar se tais discursos ainda estão nas escolas e de que forma eles se apresentam. Portanto, realizo um trabalho de observação participante, uma observação ativa, que “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada” (GIL, 2008, p. 103). Esta observação começou antes da elaboração deste projeto e, ao defini-lo como

foco de meu TCC no curso de Gênero e Diversidade na Escola, fiz uma reconstituição de memória de cenas que havia observado e escutado no espaço escolar.

Por se tratar de um trabalho que analisa discursos, fiz uma leitura do que alguns(as) pesquisadores(as) já haviam escrito sobre a homossexualidade, em particular masculina, no Brasil, e percebi as diferentes atribuições, ou sentidos empregados para identificar os(as) sujeitos(as) e suas relações com a sexualidade. Logo, tais discursos, que foram criados e valorizados ao longo do tempo caracterizaram os(as) homossexuais como indivíduos(as) inferiorizados(as), e são tais discursos iguais ou reinterpretados que ainda existem na nossa sociedade, em especial nas instituições escolares, foco deste trabalho.

O trabalho foi dividido em três partes. A primeira intitulada “Eu, o *viadinho* da escola” onde analiso minha própria trajetória no ambiente escolar, em especial, enquanto aluno do ensino fundamental e médio, e como eu era identificado por meus(minhas) colegas e professores(as). Narro a dificuldade de ser diferente neste ambiente onde os diferentes são normalmente seres invisíveis, e conto como me construí homossexual neste mundo “heterocêntrico”.

Na segunda “Discursos”, caminho pelos sentidos construídos historicamente para explicar e identificar os(as) homossexuais. Foi possível perceber que as palavras possuem sentidos a partir de seu contexto histórico e esses sentidos podem mudar conforme a experiência de transformação social e cultural. O subtítulo “A construção dos sentidos nos discursos na História” teve por objetivo justamente enfatizar o caráter histórico e social, vale dizer, localizado e datado, das diferentes formas de se referir, identificar e considerar os(as) homossexuais.

Na terceira parte, “Os discursos na escola”, apresento falas de alunos(as) e professores(as) a respeito da homossexualidade, normalmente como falas excludentes. Neste capítulo faço uma análise dos discursos que ouvi enquanto aluno, e agora como professor.

A reflexão final reflete a angústia envolvida no enfrentamento dos problemas apresentados, e a importância de mudanças significativas nos modelos educacionais. Existem muitas crianças e adolescentes sofrendo em nossas escolas, e nós professores(as), em nossa maioria, não estamos fazendo o necessário para ajuda-los(as).

2 EU: O VIADINHO DA ESCOLA

Talvez algumas pessoas não saibam a dor que causa o preconceito, e o sofrimento contínuo que nós, pessoas consideradas diferentes, enfrentamos todos os dias. Ser diferente é uma luta diária para defender-se dos diversos discursos que desenham nosso comportamento como uma aberração. A ignorância é a causa maior do preconceito aos homossexuais. Por isso resolvi contar um pouco da minha história, para quem sabe, auxiliar na compreensão do comportamento homossexual masculino, e descrever a visão do preconceito a partir do oprimido.

Filho único, nasci no ano de 1983 em Machadinho/RS, cidade com um pouco mais de 5 mil habitantes. Minha mãe e meu pai eram filhos de agricultores, que após juntarem um pouco de dinheiro decidiram ser donos do próprio negócio, abriram um posto de lavagem de automóveis e máquinas pesadas. Quando tinha 4 anos de idade fomos morar no interior do estado de Santa Catarina, na cidade de Capinzal, a aproximadamente 200 km de Chapecó, e com uma população atual superior a 20 mil habitantes. Ali minha família abriu um restaurante, e foi nesta cidade que minhas experiências com a escola começaram, e que me deixaram marcas profundas.

Por muito tempo fui o “*viadinho* da escola”, e era assim como me chamavam. Nem sei ao certo se as pessoas sabiam meu nome, pois o termo *viadinho* era o que me definia em muitos momentos. Hoje sou professor e ainda posso escutar os xingamentos do passado, que me atormentavam diariamente no ambiente escolar. Antes mesmo de bater o sinal para a entrada já era possível escutar algum colega me chamando de *viadinho*. Eu os incomodava. Não queria incomodar, mas incomodava. Queria ser invisível.

As vozes que escuto hoje são os ecos do passado? Pois essas mesmas vozes permanecem na escola. Essas vozes continuam machucando pessoas. Machucam a mim, e também os(s) meus(minhas) alunos(as). E mesmo com muita vontade de mudar esses discursos, vejo que o preconceito não está apenas no discurso dos(as) estudantes, mas está na família, na mídia, e também no sistema educacional de qual faço parte. De acordo com Guacira Lopes Louro (1997) a escola entende e está envolvida na produção de diferenças, desigualdades e distinções, porque na verdade a escola produz e exerce uma ação distintiva desde o seu início, quando separa os meninos das meninas.

Os maiores absurdos sobre a homossexualidade não escutei quando eu era criança no pátio da escola ou na sala de aula, mas escuto agora na sala dos(as) professores(as). E como

transformar e/ou reverter essa situação? Talvez esse seja um grande problema que me incomoda como educador. De acordo com um estudo realizado pela UNESCO

(...) um tipo de violência pouco documentado quando se tem referência à escola, a homofobia, o tratamento preconceituoso, as discriminações sofridas por jovens tidos como homossexuais, sendo que, muitas vezes, os professores não apenas silenciam, mas colaboram ativamente na reprodução de tal violência (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004, p.277).

Desde muito cedo me dei conta que era diferente dos demais meninos. As mais remotas lembranças da minha infância já me colocam escutando dos amigos, colegas e vizinhos os codinomes: “viado” e “bicha”. Entendemos que ainda hoje estes termos ofendem, provocam discussões, ou questionam a masculinidade dos indivíduos. E ferir a masculinidade de um indivíduo culturalmente criado para reprodução do papel de macho, é transformá-lo em um indivíduo incapaz, fraco, marginalizado. Eu não tinha esse entendimento aos cinco anos de idade, mas entendia perfeitamente que meus colegas me diferenciavam do grupo. De acordo com Miriam Abramovay (2004), a linguagem pejorativa nomeia o outro, o diferente, de maneira negativa com o intuito de humilhar. Desde criança percebi que, principalmente os meninos queriam distância de mim, tal como assinala Richard Miskolci sobre o medo que a homossexualidade provoca:

[...] quando chama essa pessoa de “sapatão” ou “bicha”, não está apenas dando um “nome” para esse outro, está julgando essa pessoa e classificando como objeto de nojo. A injúria classifica alguém como “poluidora”, como alguém de quem você quer distância por temer ser contaminado (MISKOLCI, 2016, p.43).

Mesmo sem entender a conotação sexual ligada às injúrias que recebia, eu sabia que meu “jeito” estava mais para o feminino do que para o masculino, e era justamente esse meu comportamento que incomodava os próximos a mim. E de tanto incomodar os outros, isso passou a me incomodar também. Não queria ser diferente! Não queria agir com “trejeitos femininos”! Era por esses trejeitos que eu sofria.

É comum que alguns dos homens homossexuais que tenham características femininas em seus gestos e vocabulários, sejam chamados de “afeminados”. E essa figura feminina do homossexual é um estigma em nossa sociedade, um traço que faz sermos reconhecidos como homossexuais. Como seus traços de dissidência de gênero o identificam publicamente, o homem homossexual “afeminado” acaba assumindo publicamente sua orientação sexual mais cedo que os demais, por não poder negar sua condição, e outros tentam esconder. Porém, nem todos os homossexuais possuem essa marca de reconhecimento e esses, cujo estereótipo não define sua sexualidade através de pré-conceitos, ou assumem sua orientação sexual mesmo

assim, ou camuflam sua identidade, fugindo das pesquisas censitárias, e são conhecidos entre os homossexuais como “enrustidos”. Assim, como a homossexualidade, pode muitas vezes passar despercebida, o estigma não é (por regra) visível.

Erving Goffman (1988), em sua obra “Estigma”, nos faz perceber que um indivíduo estigmatizado por sua condição, não foge da linha preconceituosa da sociedade, mesmo adaptando-se a ela. Se um indivíduo homem assume-se como homossexual, sem demonstrar trejeitos femininos ele ainda causa espanto, pois os indivíduos são educados a consumir e agir segundo os padrões sociais de "normalidade".

Mas essa normalidade era algo tão difícil para mim. Tentei em diferentes momentos interpretar o “machinho”, mas não era o que eu queria. Era mais forte que eu. Exemplo dessa força era o meu universo lúdico, uma vez que os brinquedos de menina eram os meus preferidos. Aliás, foram as meninas as minhas grandes companhias, por mais irônico que possa parecer, pois o ideal masculino é ficar rodeado por elas, e nós, homossexuais, fazemos isso com maestria. Na pesquisa da UNESCO de 2004 dados apontam que é mais tranquilo para as meninas ter um amigo homossexual (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Ainda sobre os brinquedos, me lembro das cartas que escrevia para o Papai Noel pedindo bonecas *Barbies*, mas acho que não era um bom menino, afinal, ele nunca me trouxe nenhuma boneca. Era óbvio que meu pai e minha mãe não queriam reforçar aqueles meus desejos, que afinal, eram "coisas de meninas". Minha prima Kelen, alguns anos mais velha, lembra-se de nossas brincadeiras quando eu tinha apenas 3 ou 4 anos, e eu queria apenas interpretar os papéis femininos.

Que comportamento era esse que eu não conseguia alterar? Afinal, meu pai e minha mãe são heterossexuais, e minha educação foi toda heteronormativa. Nunca recebi uma orientação homossexual, nunca fui violentado ou molestado sexualmente por ninguém. Então, por que aos 3 anos de idade brincando de casamento com minha prima mais velha, eu queria ser a noiva?

Se eu pude escutar algum tipo de chacota até os quatro anos de idade, tudo foi intensificado quando eu entrei na escola. Ainda na pré-escola, em 1988, lembro de que era odiado por um garoto. Eu não sabia por que, mas aos cinco anos de idade eu já era o *viadinho* da pré-escola, e isso incomodava meninos da mesma idade que eu. Esse garoto do qual eu não me lembro o nome me perseguia, me chateava, e um dia me agrediu jogando um balanço de ferro contra a minha cabeça, resultando em dois pontos na testa.

Mudamos para a cidade de Joaçaba/SC em 1989. Era mais uma cidade de interior, com pouco menos de 30 mil habitantes e distante 170 km de Chapecó. Eu estava com seis anos de

idade e meu pai e minha mãe conseguiram me matricular na primeira série, mesmo não sabendo ler e escrever. O colégio era particular e religioso. Estive ali por dois anos, e lembro-me que também era perseguido por um garoto. Meus trejeitos incomodavam. Mas eu não sabia me defender, nem conseguia. Minha tentativa era me policiarmos, para que meus trejeitos femininos não aparecessem. Tentava fugir aos ataques, mas certo dia, em uma aula de Educação Física, fui atormentado por xingamentos, a ponto de avançar em direção dele, tive que ser contido pelo professor e colegas para não agredi-lo, e justo neste dia, neste momento, minha mãe observou a cena, pois teria ido ao colégio me buscar mais cedo para uma viagem. No final das contas, fui repreendido por me defender aos ataques. Não deveria jamais brigar na escola. Estava sendo agredido diariamente pelos ataques, e tampouco podia me defender.

Após uma crise financeira, meu pai e minha mãe me tiraram do colégio particular, e fui matriculado em uma escola pública e foi nela que passei da terceira à oitava série do ensino fundamental, portanto, de 1991 a 1996. Tive excelentes professores, fiz amigos, e foi nesse ambiente que vivi minha infância e parte da adolescência. Lembro-me de alguns sujeitos que assim como eu sofriam preconceitos. Nossos estigmas nos identificavam e éramos figuras conhecidas e sofridas na escola. Seja pela cor da pele, os trejeitos femininos, um aparelho nos dentes, ou até um óculos viravam armas contra os indivíduos que carregam esses estigmas. Lembro-me da Carina, que era uma garota negra, e conhecida nos corredores da escola como “Tição”; a Camila que pelo fato de usar aparelho nos dentes era conhecida como “Boca de Peixe”; e o David que também tinha trejeitos femininos e era conhecido como “Davidbicha”. Nós sofriamos por nossas marcas. Para Erving Goffman ao analisar as marcas das diferenças sociais ele enfoca seus estudos no conceito de estigma. Essas marcas corporais que são lidas como anormalidades, são na verdade estigmas que sinalizam o “desvio” (GOFFMAN, 1988).

Neste período em que terminei o ensino fundamental na política nacional transitaram no governo os presidentes Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, e mesmo com a expectativa de abertura democrática e com uma nova constituição, as políticas de gênero foram singelas, até porque somente em 1996 é que foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), texto que trazia em seu texto os termos aluno e professor apenas no masculino.

Não se trata da defesa de um texto que mantenha necessariamente o uso “o/a” (o que dificulta a leitura), mas da menção indispensável aos direitos entre ambos os sexos, pois, se queremos construir novos significados para a prática social, precisamos reconstruir nossa linguagem, despojá-la da ideologia androcêntrica (VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p.90).

Mesmo não considerando o gênero feminino, o texto da LDB trazia conceitos de respeito, liberdade e tolerância. Mas até a minha 8ª série não lembro de participar de nenhum

projeto inclusivo. Estudávamos em História a miscigenação do Brasil e o respeito às raças, mas questões sobre o respeito às mulheres, homossexuais e deficientes, por exemplo, não eram trabalhadas na escola.

Já sobre a sexualidade, o medo da AIDS ainda continuava na década de 1990. A década de 1980 tinha sido marcada pela descoberta de um vírus que deixaria a população mundial em choque. O HIV vem eclodir como “doença de viado”. O preconceito – possível de ser combatido com todos os argumentos democráticos – é reforçado como válvula de escape para as instituições conservadoras da sociedade. Assim, velhos sentidos foram acionados e a AIDS seria “uma punição divina aos pecadores”, ou uma nova doença surgida através desses contatos sexuais inapropriados entre homens. Os homossexuais eram nesse período considerados “grupo de risco”, algo que foi desmistificado ao longo do tempo, mas que deixou rastros de preconceito até hoje. Como bem assinala Trevisan: “Ante o fantasma da morte elegeu-se um bode expiatório, como sempre acontece nas grandes calamidades públicas e nas fobias daí resultantes” (TREVISAN, 2004, p. 449).

Com o medo da AIDS ainda forte, me recorro das aulas educação sexual e dos(as) professores(as) passando no projetor e em cartilhas imagens de pênis e vaginas dilacerados(as) com úlceras e verrugas, resultados das DST’s (Doenças Sexualmente Transmissíveis). A cada imagem a turma ficava risonha, ou apavorada. Não sei se era o objetivo, mas esses encontros não traziam esclarecimento, mas sim medo. É óbvio que meus(minhas) professores(as) de Ciências sempre se referiam ao sexo, como uma prática realizada entre um homem e uma mulher. Só escutava a palavra homossexuais quando eles(as) diziam: “Os homossexuais são um grupo de risco”. Logo, esta educação baseada em orientar os(as) alunos(as) à sexualidade cria uma “tendência a reforçar o pressuposto de que falar de sexualidade é falar do biológico”, fortalecendo a heteronormatividade (MISKOLCI, 2016, p.19).

Lembro que nenhum(a) professor(a) falava sobre a homossexualidade. Os únicos discursos de sexualidades eram os heterossexuais como normatizadores. Logo, não só os(as) alunos(as) afirmavam que eu era o anormal, mas os(as) professores(as) não davam esclarecimento do que eu era, e porque eu era assim. A classificação inaugura na transgressão uma anormalidade, e essa é considerada imoral; e como descreve Michael Foucault, esse sujeito considerado anormal “receberá este status e deverá pagar as sanções” (FOUCAULT, 1988, p. 10). E não foram raras as situações que vi um professor(a) com outro(a) aluno(a), ou então professores(as) conversando com ar de deboche olhando para mim. Se estavam falando de mim? Aposto que sim!

O início da minha adolescência foi um período complicado, principalmente quando eu estava na sétima e oitava série. Afinal, estávamos começando a estudar o corpo humano e o sexo, a puberdade chegava pra gente. Escutava os meninos e suas excitações pelas meninas, e eu não conseguia entender aquilo. Queria, mas não conseguia. Cheguei a comprar de um vizinho, uma revista de sexo explícito. Essa revista habitou meu quarto durante longos anos, escondida em gavetas, embaixo do colchão, dentro de brinquedos. Estava começando a descobrir meu corpo, e nada melhor que um exemplo heterossexual para me “consertar”. Mas as figuras femininas desta revista não me causavam absolutamente nada comparando-as às figuras masculinas. Comecei a me sentir um ser mais estranho ainda, um alienígena. Mesmo tentando forçar minha imaginação e excitação no ser feminino, isso não adiantava. Eu era diferente. E foi neste período que comecei a pensar que se me chamavam de *viadinho*, era porque talvez eu merecesse.

Com o passar do tempo fui aprendendo a desgostar da disciplina de Educação Física, pois era talvez a mais separatista de todas. Enquanto meninos praticavam futebol, meninas faziam outras atividades como jogar vôlei, pular corda, brincar de bambolê. Eu odiava futebol, não gostava dos jogos de meninos, e adorava as atividades de meninas, mas não podia. Primeiro porque os(as) professores(as) não deixavam, e depois porque queria ser “machinho”. No futebol era sempre o mesmo esquema nenhuma equipe queria ficar com o *viadinho*. Acho que sempre era o último a ser escolhido. Meus erros no jogo sempre eram enaltecidos com frases pejorativas como “Tinha que ser o *viadinho*!”. Com o tempo fui negando-me em participar das atividades masculinas e aproximando-me das meninas. Era feliz! Os professores começaram a perceber os constrangimentos gerados nesta divisão de meninos e meninas, e já não me cobravam a participação nas atividades de meninos.

Em sala de aula sempre fui um bom aluno, responsável com tarefas, fazia as atividades, era estudioso. Normalmente eu era destaque bimestral, e o prêmio para os(as) alunos(as) destaques era ganhar uma salva de palmas da turma e um ingresso para o cinema da cidade. Acho que não deveria ser fácil para muitos ver o *viadinho* vencendo alguma coisa. E talvez fosse a minha forma de demonstrar que eu era um menino bom, que eu também tinha qualidades.

Outra lembrança forte que tenho durante minha infância era a tentativa de encontrar no divino uma resposta para meu comportamento. Queria ser aceito, e o discurso da igreja, de que eu era filho de Deus, fazia com que eu me sentisse parte desta sociedade. Éramos católicos, e quando comecei a catequese, passei a participar com frequência aos cultos, a ponto de participar de muitas ações da comunidade da qual pertencia. Fui até coroinha. Como não me identificava

com os discursos de sexo dos “machinhos” da escola, eu entendia que essa minha falta de atração por meninas, poderia ser então uma vocação religiosa. Deus teria me escolhido para sua obra? Mas isso não durou muito, porque em pouco tempo minha família teria uma mudança religiosa, nos tornamos evangélicos.

A igreja evangélica trouxe as mesmas expectativas da católica, de que então eu deveria trabalhar na obra de Deus. Tornei-me obreiro. Mas o discurso da igreja evangélica era mais inquisidor. A doença, a crise financeira, a crise amorosa, os problemas da humanidade, inclusive a homossexualidade e minhas secretas excitações pelo sexo masculino eram então coisas do diabo. Logo, se eu estava com pensamentos homossexuais eu tinha dentro de mim um demônio. Isso me atormentou inúmeras vezes. Como eu, um participante ativo da igreja, que auxiliava na expulsão dos demônios, falava “em línguas” (dos anjos?), poderia ter vontade sexual pela figura masculina? Neste período minha família começou a passar uma grande crise financeira, e com meus treze anos de idade achava que os problemas financeiros eram em decorrência dos meus pecados. Isso me atormentava. Eu chorava escondido, e cheguei a colocar uma faca de cozinha embaixo do meu travesseiro. Na realidade não sei se queria cometer suicídio, me machucar, ou apenas espantar as figuras demoníacas que eu achava que me acompanhavam, e que me forçariam a gostar do sexo masculino. Foi na igreja evangélica que vislumbrei uma possível “cura”: uma garota gostava de mim.

Obreiro e líder do grupo de jovens da igreja me colocaram num lugar de destaque dentro da igreja com apenas treze anos de idade. Os outros não sabiam dos meus sofrimentos secretos. Meus trejeitos não pareceriam incomodar a comunidade da igreja, pois eu representava a simbologia de um bom menino. Eu sabia que algumas meninas queriam um namoro comigo, mas uma em especial me chamou a atenção por sua audácia em me enviar um bilhete. Conversamos, fomos ao cinema e começamos a namorar. Pronto! Não era mais o *viadinho*. Pelo menos eu acreditava que começando a namorar uma garota, eu sentiria atração por meninas, e logo meu “problema” estava resolvido. O contato com ela, os carinhos, os beijos nunca foram dificuldades, e como o gosto por meninos estava na minha imaginação não poderia comparar entre melhor ou pior. O contato com meninas era aquele e pronto! Já tentava policiar meus trejeitos antes, mas agora namorando com uma garota, eu era o “macho alfa”, não podia representar o *viadinho*. Foi a partir daí que cada vez mais eu me policiava para conter e mudar meu comportamento. Acho que estava convencendo, afinal as piadinhas começaram a diminuir. No entanto com os problemas financeiros do meu pai e minha mãe, tivemos que mudar de cidade, outra fase começou.

Novo colégio, novos tormentos. Teria que construir minha imagem novamente? Estava eu sem namorada para defender minha masculinidade. Sozinho as coisas seriam mais difíceis, eu já imaginava. Mesmo com todo o esforço para controlar meus trejeitos, não demorou muito para eu escutar o termo *viadinho* novamente. E outra vez lá estava eu cercado por garotas, minhas amigas.

Sáímos da igreja. Minha família ainda continuavam a frequentar alguns diferentes solos religiosos, algumas vezes acompanhava-os, mas estava perdendo o gosto pelo divino. Durante o ensino médio foi ainda mais difícil convencer alguma garota a ficar comigo. E no último ano do ensino médio eu era perseguido por dois garotos, que sempre estavam me colocando em piadinhas.

O pior momento dentro da escola foi quando em um evento de final de ano com a brincadeira de Amigo Secreto, um dos garotos que me perseguia me deu de presente um pênis de borracha. Quando abri o pacote comecei a chorar. Saí da sala de aula em prantos e fui até a biblioteca. Fiquei lá até o final da aula. Eu fui consolado por alguns(mas) colegas, e com o garoto nada aconteceu, afinal ele só “tirou onda com o *viadinho da escola*”. Hoje me divertiria com a brincadeira, mas naquele momento, a figura fálica dentro de uma caixa questionava minha existência como homem, afinal, estava no ensino médio, e o sexo permeava o imaginário juvenil. Muitos já tinham tido experiência, e eu com dezesseis anos ainda não tinha feito sexo com outra pessoa.

Entrei na Universidade com 17 anos de idade, logo, ainda não tinha tido nenhuma experiência homossexual. A vida no campus, nas festas eu tentava agir como outro jovem na minha idade, flertando garotas, e inclusive tive alguns romances com garotas do meu curso. No primeiro ano da faculdade tivemos uma viagem a Niterói/RJ para um simpósio nacional de História, e foi ali, com uma colega de sala que tive minha primeira experiência sexual com uma garota. Aconteceu, foi muito rápido, mas naquele dia eu me dava um suposto troféu de macho. Pronto! Eu não era gay. Pelo menos era o que eu achava por ter feito sexo com uma garota. Depois disso ainda tive outros relacionamentos, e dois namoros de aproximadamente um ano, com garotas. Mas foi aos 19 anos, no campus, que algo mudaria minha vida. Na falta de energia elétrica fomos dispensados para irmos embora, e antes de pegar o ônibus fui ao banheiro, pois a viagem até Itapema levaria em torno de uma hora. Foi nesta ida ao banheiro masculino, onde as luzes eram apenas dos celulares ligados, que tive minha primeira experiência sexual com outro homem, e aquilo me perturbaria por um bom tempo, afinal, tinha sido indescritível, eu adorei.

Muito sofri até entender e aceitar sobre minha orientação sexual. Muitos preconceitos tive que quebrar para me entender como gay. Os piores talvez tenham sido os meus. Porque criado nesta sociedade heteronormativa, eu jamais gostaria de ser gay, e passar por tudo o que passei durante minha infância e adolescência.

Um dos meus maiores medos sobre minha sexualidade era dar veracidade aos discursos dos meus opressores. Eles estavam certos! Eu realmente era o *viadinho*! Aqueles discursos eram verdadeiros, e se eu já havia sofrido tanto durante a minha infância e adolescência, como seria a minha vida a partir da minha aceitação?

Aqueles que persistem num comportamento pouco adequado ao sexo masculino quando crescem, será imputada uma contravenção maior ainda. Se presumirá que, como “mulherzinhas”, se sentirão atraídos por homens com quem manterão relações sexuais “passivas”. De “mariquinhas” se transformam em “bichas” (FRY; MACRAE, 1983).

Aceitar a homossexualidade foi a melhor coisa que pude me proporcionar. Ao me aceitar, procurei me entender, e com o tempo me tornei um sujeito muito, muito mais feliz. Depois contei para minha mãe, mesmo com receio. Seu apoio, seu carinho, seu acolhimento foram fundamentais para mim. O apoio familiar fortalece o indivíduo, mas não são todas as famílias que recebem bem seus entes homossexuais. Conheci alguns gays que tiveram que sair de casa, e até foram agredidos psicológica e fisicamente por seus familiares, configurando o que Sarah Shulman denominou de homofobia familiar:

As especificidades e dimensões da homofobia familiar são amplas. Elas podem variar desde pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, chegando a ataques brutais que deformam a vida da pessoa gay, ou até a crueldades diretas e indiretas que literalmente acabam com a existência daquela pessoa (SHULMAN, 2010, p.70).

Naquele momento pensava eu que havia assumido minha homossexualidade. Havia eu saído do armário? Ou, como bem analisou Eve Sedgwick (2007), ao sair do armário havia trazido mais pessoas para dentro dele. Assim, não me sentia tão sozinho, tal como analisa o sociólogo peruano Giancarlo Cornejo, em “A guerra declarado contra o menino afeminado”, quando compartilhamos nosso segredo sobre a homossexualidade nem sempre destruimos nossos armários, apenas compartilhamos nossas dores (CORNEJO, 2016, p.77).

Como recebi uma educação baseada na heteronormatividade, tentei durante muito tempo negar a minha homossexualidade. Depois, enquanto gay, queria afastar-me de sujeitos afeminados e buscava relacionar-me apenas com gays auto-denominados “discretos”. A heteronormatividade cria “um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de

regulação e controle”, que afirma a naturalidade da heterossexualidade e a anormalidade de tudo o que não se encaixa nela (MISKOLCI, 2009, p.156).

Durante a minha infância percebia que as aulas, propagandas, telenovelas, enfim, todos os discursos eram voltados a heterossexualidade. E foi exatamente este contexto cultural que me moldou em um estilo de homossexual baseado nesta heteronormatividade.

A heteronormatividade seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida. Gays e lésbicas normalizados, que aderem a um padrão heterossexual, também, podem ser agentes da heteronormatividade. Não por acaso, violências atualmente chamadas de homofobia não dirigem igualmente a todos/as os/as homossexuais, mas, antes, muito mais frequentemente a quem não segue esse padrão (MISKOLCI, 2016, p.14).

Portanto, transformando-me em um gay com poucos trejeitos, imaginando fugir dos preconceitos, tornei-me um produto da heteronormatividade. E pior, ajudando “na estigmatização e na percepção negativa daqueles que não cabem na heteronormatividade” (MISKOLCI, 2016, p.14).

Engana-se quem pensa que no próprio meio gay não há preconceitos. Eles existem, e pois muitas vezes reproduzimos o machismo do binário heterossexual: masculino e feminino. Dentro da relação sexual dos homossexuais percebe-se a distinção de gênero entre os indivíduos.

O conceito destaca o privilegiamento da dimensão de escolha cultural para explicar as feições que o feminino e o masculino assumem em múltiplas culturas, mas sustenta que a “natureza” é um pilar sobre o qual se constrói a diferença sexual, aqui designada simplesmente como o dimorfismo sexual da espécie humana (HEILBORN, 1998. p. 44).

Em muitas relações da homossexualidade masculina, temos o modelo entre o passivo (penetrado) e o ativo (penetrante). Parece simples e autoritário se pensarmos que o passivo seria o homossexual afeminado, e o ativo um homossexual sem trejeitos. No entanto esse é um perfil da heteronormatividade, que não é padrão nas relações homossexuais. Em uma sociedade cujas normas estabelecem uma heterossexualização do desejo, discriminando as posições “feminino” e “masculino”, e estabelecendo os atributos “macho” e “fêmea”, como escreve Judith Butler, e que criarão uma matriz heterossexual, parecendo que todas as relações sexuais seguem enquanto reprografias desta matriz (BUTLER, 2002, p.138).

Eu fui um exemplo de construção baseada neste binarismo macho/fêmea, masculino/feminino. Mesmo sendo gay, eu sabia que quanto mais afeminado eu parecesse, mais eu sofreria. Estava claro para mim que a homossexualidade era um problema maior se associado

à feminilidade. Nunca ninguém havia falado comigo sobre essa construção de comportamento. Portanto, agir assim foi o que achei menos doloroso. Desde a infância eu buscava policiar meu andar, já que os meninos falavam que eu rebolava como menina, buscava sentar de pernas abertas, não levantar o dedo mindinho ao beber algo, não falar movimentando minhas mãos, e fui aos poucos ficando mais sério. Afinal, desde cedo os meninos escutam dos adultos que eles não devem chorar, brincar de bonecas, não serem delicados... estes são “modelos de gênero que obrigam os homens a controlarem suas emoções” (GROSSI, 2006, p.24). Achava que isso me ajudaria a não sofrer tanto. O corpo é, portanto, o suporte no qual são produzidas as diferenças simbólicas de gênero.

Desde os primeiros anos de vida, as meninas são bombardeadas com informações sobre o que é esperado de uma pessoa que nasce com uma vagina, ou seja, que se constitua enquanto mulher e que, de preferência, evidencie um comportamento considerado feminino: que seja delicada, que brinque com bonecas, que cruze as pernas ao sentar, que fale baixo, que saiba desenvolver habilidades domésticas e que namore meninos. Este roteiro é elaborado em oposição ao que se espera dos rapazes: que sejam mais rudes, que brinquem com carrinhos e bola, que sentem de pernas abertas, que falem sem o compromisso com a voz baixa, que atuem nos espaços públicos e que se interessem sexual e afetivamente por uma mulher (FACIOLI, 2015, p.45).

Ao tentar mudar meu comportamento, mal sabia que estava fazendo o que a heteronormatividade impunha a mim, que eu fosse “discreto”. Assim, é como se a sociedade me dissesse: “Ser gay é incorreto! Mas se você não consegue mudar, seja discreto”. É o interesse de que o diferente não carregue as marcas da diferença. É por isso que “frequentemente os meninos femininos, meninas masculinas, e sobretudo, travestis e transexuais são vítimas de violência” (MISKOLCI, 2016, p.44).

O entendimento de gênero possibilitou também entender as análises sobre a homossexualidade, uma vez que libertava essa diferença da tradicional análise sobre desvio psicológico ou doença psíquica. De acordo com os estudos de gênero “não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e de mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica” (GROSSI, 2012, p.4).

Logo, o gênero serviu de análise de como os sujeitos e seus comportamentos foram construídos social e culturalmente.

Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática

sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p.75).

Posteriormente, no campo dos estudos de gênero surge nos Estados Unidos e Inglaterra a teoria *queer* que veio radicalizar e problematizar essas questões relacionadas como a sexualidade. *Queer* era um termo utilizado para depreciar os(as) homossexuais atribuindo a eles(as) o sentido de “estranhos”, “esquisitos”, “excêntricos”. O movimento homossexual recuperou esse termo atribuindo a ele uma outra conotação. O “estranho” foi assumido, mas não como depreciativo, mas como uma declaração política que visava perturbar a estabilidade da norma. A teoria *queer* nasce com essa intenção de colocar em evidencia a complexidade das identidades sexuais. Para além da identidade de gênero, ou seja, aquilo que é construído socialmente que nos faz ser identificados como homens ou mulheres, a identidade sexual – a forma como vivemos, significamos a nossa sexualidade. Da mesma forma, a identidade sexual não é definida apenas pela biologia, mas também socialmente, significamos nossa sexualidade.

Talvez o mesmo aconteça com o termo *viado* no Brasil, uma vez que os próprios gays o utilizam para se identificar. Para Leandro Soares da Silva “faz parte do jogo transgredir a ofensa para jamais se fazer esquecer que ela perde sua força de injúria agora nesse contexto determinado” (SILVA, 2015, p. 219).

Ninguém escolhe ser gay. Uma criança de três anos não é afeminada porque quer. Está na hora de entendermos o espaço escolar como um território de diferentes, e fazer com que todos aprendam desde cedo a compreender e respeitar as diferenças. Mas parece que isto está longe de acabar, pois enraizada nas instituições escolares, estão velhas práticas pedagógicas, que em sua grande maioria, não estão dispostas a mudanças, ora por falta de conhecimento, ora por preconceito de alguns educadores. E por isso velhos métodos acabam sendo repetidos.

Afinal, é “natural” que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que “naturalmente” a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? [...] É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem.” (LOURO, 1997, p.63-64).

Até hoje percebo no ambiente escolar o discurso normatizador heterossexual. A homossexualidade por inúmeros professores é ainda considerada um desvio, uma anormalidade, uma aberração. O que já escutei desses profissionais? Os maiores absurdos do tipo: “Aquele afetadinho só atrapalha a aula”, “Se eu tivesse um filho assim, mandava um psiquiatra dar jeito”, “Não tenho preconceito, mas dois caras andar de mãos dadas não dá né!”.

Quando escuto esses discursos me deparo com as mesmas escolas que eu estudei, e onde fui durante minha infância e adolescência xingado, execrado e humilhado durante tantos anos. E pior, vejo que o santuário “sala dos(as) professores(as)” é talvez o pior espaço da escola na elaboração de discursos sobre os diferentes. Aí me questiono em que mudou a educação em duas décadas referente à homossexualidade? Nós professores(as) aceitamos e/ou proferimos ainda os discursos discriminadores? Estão os(as) professores(as) fomentando o preconceito? Fico surpreso com as respostas.

O que falta é informação e legislação. Informação para promover o conhecimento aos(as) profissionais da educação e aos alunos e alunas. Ainda hoje palestras sobre sexualidade, dos(as) professores(as) ou de outros(as) profissionais que visitam as escolas, não esclarecem a homossexualidade, logo, os indivíduos que se sentem diferentes ainda não se compreendem, e os demais não o entendem e não o respeitam. Nem legislação há para garantir que a informação chegue às escolas, e que defenda os direitos dos homossexuais, apenas orientações de respeito às diversidades. É preciso agir para que outras crianças e adolescentes não precisem passar pelos sofrimentos, pelas angústias, pelas tristezas e agressões que passei. É preciso mudanças para que as crianças sejam respeitadas dentro do espaço que deveria educa-las para a compreensão do mundo e dos outros: a escola.

3 DISCURSOS

A construção de discursos sobre a sexualidade, que brotam nas diferentes formas em diversas fontes da sociedade, acaba criando a “polícia do sexo”, cujos objetivos ponderam sobre o controle de suas práticas. Para Michel Foucault, “polícia do sexo” é a necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição:

Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos trouxeram a baila todo vocabulário enfático da abominação: isso não equivaleria a buscar meios de reabsorver em proveito de uma sexualidade centrada na genitalidade tantos prazeres sem fruto? Toda a atenção loquaz com que nos alvoroçamos em torno da sexualidade, há dois ou três séculos, não estaria ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força do trabalho, reproduzir as forças das relações sociais; em suma proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora? (FOUCAULT, 1988, p. 28).

Para o filósofo, tudo que conhecemos sobre política, nunca foi outra coisa senão polícia. Ambas as palavras possuem o radical “polis” e essa polícia está associada a administração da polis. Ou seja, no decorrer da história é possível mapear os investimentos de construção de discursos que significaram a homossexualidade de tal forma que definia a necessidade de regulação. Seja pelo discurso religioso, seja pelo discurso jurídico, médico ou psicanalítico, todos eles definiram a polícia do sexo. É importante frisar que Foucault afirma que “a repressão da homossexualidade não remonta ao cristianismo propriamente dito, e sim se produziu numa época muito mais recente da era cristã ” (FOUCAULT, 2005, p.12). Isso também é exposto na obra “História da Sexualidade”, ou seja, ninguém nega que o Santo Ofício declarou pecado digno de fogueira aos libertinos (todos eles), mas o que o filósofo francês argumenta está localizado nas formas poderosas de disciplina e controle que o Estado e as ciências investiram para dominar o sexo.

3.1 A construção dos sentidos nos discursos na História

Após a “descoberta” do Brasil pelos portugueses as leis vigentes vinham da metrópole, Portugal. Essas leis estavam circunscritas nas Ordenações do reino de Portugal¹. O Antropólogo João Silvério Trevisan, ao analisar a homossexualidade no Brasil afirma que nessas ordenações a homossexualidade era conhecida como *sodomia* e possuía o sentido de crime de lesa-majestade, e os criminosos eram sentenciados com confisco de bens, degredo, e até a morte em fogueira. O autor utiliza-se dos estudos de Jacques Sole quando esse diz que “já na Antiguidade e durante a Idade Média o vocabulário teológico –moral cristão englobava, sob o conceito de sodomia, tanto o sexo oral e anal (fora e dentro do casamento), quanto a relação sexual exclusivamente entre indivíduos do mesmo sexo” (TREVISAN, 2004).

Sobre o degredo, sabemos que os primeiros europeus a habitarem o Brasil foram os criminosos condenados à pena de desterro. “O primeiro degredado pela Inquisição portuguesa a aportar no Brasil foi o sodomita Estevão Redondo[...] em fevereiro de 1549” (MOTT, 2004, p.29).

Porém, a prática homossexual, não era oriunda única e exclusivamente de uma sociedade modernizada como a europeia, já que em algumas tribos silvícolas do Brasil, constatava-se a prática homossexual, como descreve, em 1587, o português Gabriel Soares de Souza que os tupinambás

[...] são mui afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais não se têm por afronta; e o que serve de macho se tem por valente, e contam esta bestialidade por proeza; e nas suas aldeias pelo sertão há alguns que têm tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas (SOUZA, 1987, apud TREVISAN, 2004).

É importante destacar que a atribuição sodomita para identificar os homossexuais no Brasil, tem uma historicidade na Igreja e no Estado, a partir da família, mas nem sempre houve esse sentido. Um outro sentido é “amor grego”² que refere-se aos contatos homoeróticos entre homens na Grécia Antiga. Mais tarde surgiria o termo “homossexualismo”, mais usado por profissionais da saúde, como veremos.

¹ As Ordenações do reino de Portugal eram livros nos quais se achavam compiladas todas as leis portuguesas, desde a constituição até o Código civil e Penal. A mais antiga dessas foram as Ordenações Afonsinas, promulgadas no reino de Afonso V e publicadas em 1446. As Ordenações Manuelinas (publicadas em 1521, sob o reinado de D. Manuel) e as Ordenações Filipinas (solicitadas por Filipe I, mas só publicadas em 1603, no reinado seguinte). As Filipinas continuaram vigorando ainda no Brasil independente, adaptada para a Constituição do Império, com as necessárias atualizações, em 1823. (TREVISAN, 2004, p.163-164).

² O “amor grego” define o amor entre homens, como pode ser compreendido nos discursos do livro *O Banquete*, a exemplo do discurso de Pausânias, que relata o amor de Afrodite, filha de Urano, a qual não tinha mãe, portanto seu amor não participa do feminino, mas unicamente do masculino, e por isso é o amor dos mancebos. (PLATÃO, 2002).

Além de a sodomia ser significada como crime, essa também fazia parte da jurisdição eclesiástica, portanto a prática era considerada pecado nefando. Segundo Abelardo Romero “os sentidos ‘pecado nefando’, ‘sodomia’ ou ‘sujidade’ eram nomes então dados à relação homossexual que grassava há séculos, entre os brasis, como doença contagiosa ” (ROMERO, 1967, apud TREVISAN, 2004, p.65).

Esse pecado contra o corpo, que seria o Templo do Espírito de Deus, é descrito pelo apóstolo São Paulo na bíblia, duas vezes³ anunciando que os sodomitas não herdariam o Reino de Deus. Philippe Áries descreve em “Sexualidades Ocidentais”, a partir de seu estudo sobre São Paulo, que o ideal era tornar a homossexualidade um ato abominável e proibido, e era preciso admitir como legítimo o casamento (homem-mulher); a partir do uso da bíblia o discurso que localizou a homossexualidade como pecado foi atribuindo sentido, e essa construção continua de maneira menos branda, até os dias atuais. Observa-se, então, que a igreja investiu na implantação da norma e o Estado, através do discurso jurídico na implantação da lei. (ARIÉS, 1985, p.50-53).

Em Portugal, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição começou a funcionar em 1536 com atividades até 1765, e sua primeira visitação ao Brasil foi em 1591 na Bahia (TREVISAN, 2004). A inquisição servia de instrumento na Contra-Reforma, agindo severamente contra hereges e pecadores. Temos registros de que muitos indivíduos considerados homossexuais foram levados à fogueira, no entanto, nenhum no Brasil (MOTT, 2004).

Os sodomitas passaram por muito tempo com medo do invisível poder punitivo desse deus cristão, e do visível poder encarregado a igreja. Após a Independência do Brasil, o Código Criminal, que foi sancionado em 1830, acabou eliminando da legislação a figura da sodomia; surgiram, no entanto, os crimes “por ofensa à moral e aos bons costumes” (TREVISAN, 2004, p. 166).

Após esse processo político, de independência do país – já a partir da terceira década do século XIX – o Estado tomava consciência do alto índice de mortalidade infantil e das péssimas condições sanitárias do lar patriarcal.

Em função da ideia de que se devia fazer filhos mais sadios para a pátria que a independência recém-inaugurada, impôs-se a convicção de que a velha família patriarcal era incapaz de proteger a vida dos seus membros. Daí a necessidade de modernizar esse lar, preenchendo-o com prescrições científicas e cuidados mais eficazes, do ponto de vista da saúde e da educação (TREVISAN, 2004, p. 171).

³ Cartas do apóstolo Paulo aos Coríntios, 6; 9, 10; Cartas do apóstolo Paulo a Timóteo, 1; 9,10. In: (BIBLÍA SAGRADA, 1969).

Assim, o Estado introduziu no interior das famílias o especialista em higiene – higienista. Esses médicos adentram na sexualidade do país com objetivo de melhorar a raça e, principalmente, preocupavam-se com a virilidade do país, reforçavam o casamento em um aperfeiçoamento da relação matrimonial que ganhava o direito ao gozo (TREVISAN, 2004, p. 172).

Logo, o discurso médico introduz no Estado um modelo de família. Um objetivo era combater as relações extraconjugais para diminuir a alta incidência de doenças venéreas, assim o antropólogo João Silvério Trevisan, em “Devassos no Paraíso”, escreve:

A partir daí é que médicos da época condenavam insistentemente os libertinos, celibatários e homossexuais, tidos como cidadãos irresponsáveis e adversários do bem-estar biológico-social, à medida que desertavam do supremo papel de homem-pai (TREVISAN, 2004, p. 173).

João Silvério Trevisan continua, afirmando que os higienistas deram um passo adiante em relação aos métodos da inquisição, faziam um controle através e em nome da ciência; em lugar do dogma cristão, passou a imperar o padrão de normalidade.

Se o padrão higiênico-burguês colaborou para extinguir os bestiais castigos do período pré-colonial, também é verdade que cobrou seu preço, ajudando a criar um cidadão auto-reprimido, intolerante e bem comportado, inteiramente disponível ao Estado e à Pátria. [...] por essa brecha é que a psiquiatria pôde entrar, para aprimorar o controle da ciência sobre pessoas com prática sexual considerada desviante (TREVISAN, 2004, p.175).

Os higienistas vieram abrir caminho para os psiquiatras. No Brasil do final do século XIX e início do século XX o homossexual passava a ser, para o Estado um doente, devido seu desvio à prática sexual. Portanto eram irresponsáveis por seus atos, “cabendo ao juiz decidir se deviam ou não ser recolhidos em “casas para eles destinadas”. Eis os métodos higienistas para controle da homossexualidade:

[...] buscava-se domesticar melhor a infância, impondo uma educação cientificamente programada, através da qual os meninos deviam se esmerar em exercícios físicos, para evitar a efeminação, e aprender a amar o trabalho, para evitar uma indolência moral.

[...] em relação à sexualidade adulta brandia-se a pederastia como espécie de tratamento de choque: ou o homem seguia os preceitos da higiene ou se desvirilizava, conforme podia ser comprovado no “vício degradante da efeminação. Com isso, reforçava-se o controle médico [...] (TREVISAN, 2004, p. 175).

Em 1869, na Alemanha, pelo médico austro-húngaro Karl Maria Kertbeny, surgiu a figura clínica do *homossexual*. A partir dessa invenção o homossexual passou a ser objeto de

estudo de alguns médicos, que por muitas vezes usaram da generalização, como fez o jurista Francisco José Viveiros de Castro ao descrever que “os homossexuais sofrem de uma alteração psíquica chamada efeminação” (TREVISAN, 2004, p. 176-179).

Segundo o historiador James Green, graças à vulnerabilidade de muitos homossexuais aos assédios da polícia, por flertarem ou prostituírem-se em parques, como os de São Paulo e Rio de Janeiro, eram presos por “vadiagem”, e os estudos médicos ganharam proporção (GREEN, 2000, p. 238).

Muitos homossexuais presos foram objetos de estudo nesse investimento de saber sobre a doença homossexual, desde seus comportamentos até suas medidas ósseas – a metodologia médica chamada antropometria. O médico José Ricardo Pires de Almeida chegou a escrever que os homossexuais tinham gosto por roupas verdes, e não sabiam assoviar (ALMEIDA, 1906, apud TREVISAN, 2004, p. 179).

Em 1935, uma equipe do laboratório de Antropologia do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro dirigida pelo também médico legista Leonídio Ribeiro, estudou a constituição morfológica de 184 homossexuais, presos por prostituição. Em seus estudos o homossexual “seria um homem jovem, de peso abaixo da média, altura mediana e braços e pernas mais compridos do que o normal e um tórax pequeno”. Segundo o historiador James Green, em sua obra “Além do Carnaval”, a homossexualidade “poderia ser identificada a partir de anormalidades biológicas dos indivíduos observados” (GREEN, 2000, p. 203-206).

No início do século XX, a palavra homossexual era carregada de um sentido relacionado à doença e já trazia também os sentidos dos estereótipos de um “homossexual-padrão” apresentado pelos especialistas em saúde. Se durante muito tempo os homossexuais eram perseguidos por cometer crimes, agora eram perseguidos para que sua “doença” não afetasse a população e fosse controlada. O homossexual também ganhava “apelidos”. Hoje é muito comum ouvir os termos *viado* e *bicha* quando se remetem a indicar um homem que se apresenta com “comportamento estranho”, isto é, fora dos padrões macho-heterossexual, ou ainda quando existe a intenção de ofender um homem. Pois chamar alguém de *viado* é ofendê-lo, indicá-lo como “anormal”, menor, inferior.

É nas primeiras décadas do século XX que surge o termo *viado*, como descreve James Green:

[...] uma teoria afirma que a expressão se originou no Rio em 1920, quando um comissário de polícia ordenou a prisão de todos os homossexuais que fossem encontrados num certo parque [...] seu subordinado explicou que quando os policiais tentavam prender os jovens, eles corriam como veados. Diz-se que o incidente foi amplamente divulgado pela imprensa e, assim, tornou-se um mito no folclore *gay* (GREEN, 2000, p. 143).

De acordo com Leandro Soares da Silva o termo “viado é ampla e reconhecidamente admitido como injúria a homens gays; veado continua a ser o bicho. Só se sabe a diferença entre um e outro procurando pelo contexto; ou na escrita” (SILVA, 2015, p. 218).

A partir do termo *viado* surge também o conceito de “veadagem” que segundo André Sidnei Musskopf (2008) refere-se àquilo que é dos homossexuais, e pode portanto, ser usado por heterossexuais para classificar ações ou atitudes, como chorar, expressar sentimentos em público, abraçar e demonstrar afeto por outro homem.

Já por volta de 1976 “o termo inglês “*gay*”, familiar para os homossexuais cariocas e paulistas por mais de uma década, havia entrado no léxico popular” (GREEN, 2000, p.421). Durante a explosão dos movimentos de liberdade que marcaram a década de 1960 e continuaram com seus militantes no decorrer da década de 1970 a discussão sobre a liberdade sexual era uma constante. Não seria demais interpretar que o termo inglês “*gay*” possui uma relação com a ideia de liberdade sexual – não importa com quem e em que lugar, mas o prazer que se pode ter na percepção da sua própria sexualidade. Ao ser adotado pelos próprios homossexuais entende-se que a palavra “*gay*” possuía um sentido que rompia, em grande medida, com os sentidos pejorativos que anteriormente os nominavam. Michel Foucault numa entrevista conceitua essa mudança afirmativa de sentido dizendo que “o conceito de ‘*gay*’ contribuiu para uma avaliação positiva (e não para um julgamento meramente negativo) de um tipo de consciência em que a afetividade, o amor, o desejo e a relação sexual interpessoais assumem uma importância decisiva” (FOUCAULT, 2005, p. 12-13).

A associação da homossexualidade como doença persiste até o final do século XX. “Já em 1993, a Organização Mundial da Saúde eliminara o homossexualismo do seu CID (Cadastro Internacional de Doenças)”. No ano de 1999, através da Resolução nº1, do Conselho Federal de Psicologia, repudiava-se a discriminação a homossexuais. Assim, psicólogos que antes buscavam a cura para homossexuais, não podiam mais prestar seus serviços, porque segundo a resolução “a homossexualidade não constituía doença, nem distúrbio, nem perversão” (TREVISAN, 2004, p. 383).

Apesar de ainda hoje o preconceito resistir, podemos observar movimentos em prol da causa de inclusão social e para o respeito aos homossexuais. Mas, essa notoriedade pública surge no Brasil em meados do século XX. Homossexuais começam a aparecer nos palcos, na televisão, no cinema... a exemplo de Madame Satã, do travestismo de peças teatrais como *Carnaval de Fogo* (1949) com Grande Otelo, de cenas homoeróticas como no filme *Romance* (1987) de Sérgio Bianchi, e cantores como Ney Matogrosso, Cazuza, Renato Russo, Edson

cordeiro, Cássia Eller, e outros. Faziam o Brasil divertir-se com seus modos inigualáveis e cantar suas letras inesquecíveis (TREVISAN, 2004, p. 248-338).

É impossível não interpretar essa visibilidade sem considerar as promessas do Estado Democrático como possibilidade de lugar para todos. Essa visibilidade coincide com os dois momentos de abertura política na história brasileira. Especialmente a última abertura política no Brasil foi o desejo daqueles que silenciaram suas diferenças pela segunda vez – políticas, étnicas, sexuais –, em numeráveis situações essas diferenças eram manifestadas em expressões artísticas e em muitos casos silenciadas pela força ostensiva da ditadura. Não foi por acaso que na década de 1980, personagens homossexuais começam aparecer com sucesso na mídia.

Quando a abertura política aconteceu, após o período da Ditadura Militar, os argumentos democráticos sinalizavam possibilidades de significar a homossexualidade de outra forma, de atingir as ações preconceituosas e excludentes, de afirmação de identidade sexual, um grande obstáculo surge: o HIV.

Percebe-se na trajetória histórica da homossexualidade no Brasil, as construções de sentidos estabelecidas aos homossexuais resultam em indivíduos diferentes, que por muito tempo receberam estudos para qualificá-los como pecadores, ou como doentes. Assim, concordo com Carlos Brandão: “Na verdade tornam-no diferente para fazê-lo inimigo. Para vencê-lo e subjugar-lo em nome da razão dele ser perversamente diferente e precisar ser tornado igual: civilizado” (BRANDÃO, 1986, p. 8).

4 OS DISCURSOS NA ESCOLA

Entendo bem de discursos pejorativos, pois passei minha infância e adolescência escutando-os, em especial, nas escolas em que estudei. Já na universidade que frequentei, Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), no campus de Itajaí, em especial no curso de História esses discursos não existiam, pelo contrário, foi ali que me senti pela primeira vez enquanto aluno, um sujeito que poderia ser gay e respeitado por meus(minhas) colegas e professores(as). Com uma população de quase 200 mil habitantes e distante apenas 100 km da capital Florianópolis, estava inserido em uma cidade portuária e universitária, já que a UNIVALI é a maior universidade privada de Santa Catarina. É, portanto, uma cidade com uma população flutuante, criando um clima menos provinciano, onde os indivíduos são mais anônimos.

Foi na universidade que convivi com colegas homossexuais, de vários estilos, de vários comportamentos, e foi nesse ambiente que aprendi a respeitar a homossexualidade, afinal mesmo sentindo-me atraído por homens, eu ainda não concordava com a homossexualidade.

E foi a convite de um amigo gay da minha sala, o Oziel, fui pela primeira vez em uma boate para lésbicas, gays e simpatizantes. Éramos amigos, já tínhamos saído algumas vezes com outros colegas, eu já tinha ido em sua casa onde ele vivia com seu companheiro, já tínhamos conversado muito sobre sexo e sexualidade, e aquele convite eu já estava esperando há tempo. Foi naquele lugar que eu tive a primeira sensação que eu realmente era gay. Mas, a partir de agora eu tinha muitas coisas a esclarecer, na minha cabeça e no meu mundo.

Foi na graduação que me interessei pelos estudos de gênero, e busquei na historiografia registros acerca da homossexualidade. Tive que comprar algumas obras, pois na biblioteca da universidade, livros com a temática de gênero e sexualidade eram poucos. Mesmo assim, tive, na disciplina de estágio, a professora Raquel Alvarenga Sena Venera, que trabalhou essas temáticas e promoveu debates que certamente enriqueceram a minha formação e a dos(as) colegas. No entanto, foram poucos encontros. Acredito que muitos(as) profissionais saíram e ainda saem com pouco estudo sobre a diversidade de gênero na escola, e assim, os preconceitos continuam.

[...] o cenário de precariedade começa a se configurar já na formação de professoras/es, pois tanto os cursos de pedagogia quanto as diferentes licenciaturas carecem de formação teórica na área de gênero e sexualidades (NOVO, 2015, p.71).

Comecei a lecionar no ano de 2004 na rede municipal de educação de Itajaí/SC, quando eu estava no sexto período do curso de História. Era aluno e professor. Estava motivado a

lecionar, afinal, estava me preparando para isto. Confesso que no primeiro momento não gostei. As turmas eram agitadas, mas com o passar do tempo fui “pegando o jeito”.

Logo que comecei a trabalhar, achei que se me declarasse gay aos meus colegas e alunos, eu voltaria a ser o *viadinho* da escola, e possivelmente sofreria os velhos preconceitos. Estava eu novamente naquele ambiente que antes me trouxera momentos infelizes, e queria agora fazer daquele espaço o meu local de trabalho, tentando ser um profissional diferente e tentando contribuir com a vida dos(as) alunos(as). Mas por que não assumir minha sexualidade? Por que mantê-la em segredo? Por quanto tempo eu conseguiria? E quando fosse questionado? Novamente, ali no ambiente escolar, nos primeiros instantes da profissão, os velhos tormentos voltavam à minha vida.

No primeiro momento, por ser contratado em caráter temporário na rede, achei que isso poderia me prejudicar, que poderiam me demitir, mesmo tendo passado por um processo seletivo. Poderia que uma comunidade preconceituosa não aceitasse muito bem um professor homossexual. Mas, aos poucos fui percebendo que o preconceito poderia sim estar na comunidade fora dos muros da escola, mas que ali dentro, especificamente, na sala dos(as) professores(as), eu escutaria os maiores absurdos sobre questão relacionadas com o gênero.

Percebi que ainda há muito preconceito de gênero na escola, em todos os seus espaços (sala de aula, corredores, quadra de esportes, refeitório...), e que se nada for feito muitas crianças vão continuar sofrendo neste ambiente que deveria ser um local de respeito e acolhimento.

4.1 Discurso I “Um problema na minha sala”

No ano de 2013, ainda contratado em caráter temporário na rede municipal de Itajaí/SC e também contratado por uma rede particular, escutei na sala de professores da escola pública uma das coisas mais fortes que ouvi até hoje. Estava em uma aula vaga, horário de planejamento, e utilizava esse período para colocar minhas tarefas em dia na sala dos(as) professores(as). Eu não estava sozinho e logo começou uma conversa que me chamou a atenção, uma professora do segundo ano do ensino fundamental reclamava com a diretora de um aluno seu. Segundo ela, esse aluno teria um comportamento afeminado, e que ele sempre queria estar com as meninas, brincar com as meninas, usar cores de meninas, ser e brincar de personagens femininas. Para a professora esse comportamento atrapalhava a aula, pois sempre que o menino se comportava de forma “afetada” os outros alunos o perturbavam e a aula ficava

uma confusão. Alegou não saber como se posicionar, pois não tinha como mudar aquele comportamento do menino, mas que diversas vezes ela teria conversado em particular com ele para que se controlasse, e que não agisse como se fosse uma menininha.

Neste caso vê-se um exemplo de que alguns(mas) profissionais não sabem lidar com as diferenças de gênero em sala, e reproduzem discursos normatizadores. O objetivo desta professora era acabar com o problema do tumulto da sala de aula buscando silenciar o diferente. Logo, o diferente era o problema que deveria ser controlado.

[...] a escola tenta, pelos mais diversos meios pedagógicos, criar meninos masculinos e meninas femininas. Portanto, o ensino escolar participa e é um dos principais instrumentos de normalização, uma verdadeira tecnologia de criar “normais”, leia-se, disciplinadas, controladas e compulsoriamente levadas a serem como a sociedade as quer. Em outras palavras, a escola pune e persegue aqueles e aquelas que escapam ao controle, marca-os como estranhos, “anormais”, indesejados (MISKOLCI, 2016, p.18-19).

Naquele momento percebi, que aquilo que eu escutava quando criança nos corredores do colégio era possivelmente fomentado ali na sala dos(as) professores(as), afinal, a própria professora acreditava que o menino deveria mudar para que o problema tivesse um fim. Eram cerca de 20 anos que distanciavam eu daquele menino na mesma idade escolar, e os problemas continuavam os mesmos. Nós, os diferentes, identificados como problemas, e a escola sem saber o que fazer, com “professoras/es com despreparo teórico, divergências de posicionamento e resistência a determinados temas” (NOVO, 2015, p.71).

A diretora, que ouvia os reclames da professora, finalizou a conversa dizendo que isso era muito triste, e pediu para a professora que se colocasse no lugar da mãe desse menino, e que tristeza seria. De acordo com a diretora, se ela fosse a mãe do menino, o levaria para um psicólogo e exigiria seu filho homem de volta.

Notem, a direção que deveria, teoricamente, auxiliar a professora, e assegurar as diferenças na escola, possuía o mesmo discurso discriminatório e higienista. E esse espaço escolar que poderia se consolidar como um ambiente acolhedor, acaba se convertendo “em um ambiente onde se reproduzem preconceitos, silêncios e formas de discriminação” (FACIOLI, 2015, p.45).

Naquele momento fiquei espantado com as falas da professora e da diretora, e comecei a perceber como a sala dos(as) professores(as) pode ser pior que a sala de aula. Mesmo não participando da conversa eu poderia ter me manifestado, mas preferi o silêncio. Meu silêncio ocultou a minha indignação, e impossibilitou que aquelas profissionais entendessem um pouco melhor como se sentem os chamados “diferentes” com tais discursos. Talvez preferi fugir de confusão, ou me indispor com a diretora, afinal, eu estava contratado em caráter temporário e

tinha medo de sofrer represálias. Associei a instabilidade profissional como um dos quesitos dos quais me silencieei por muito tempo. Hoje a estabilidade profissional, me deixa mais tranquilo para mostrar minha insatisfação com alguma fala ou atitude preconceituosa.

Meses depois, em uma das poucas vezes que já presenciei uma discussão de gênero e sexualidade na escola, tivemos uma palestra, e a palestrante dizia da importância da inclusão dos diferentes, e que hoje, nós educadores recebemos crianças com vários comportamentos, e que nossa tarefa era incluí-los; quando para minha surpresa, aquela mesma professora que reclamava do aluno afeminado interferiu dizendo que em sua sala havia um menino diferente, e que ela fazia de tudo para incluí-lo. Neste momento associei as duas falas da professora, e obviamente fiquei frustrado pois achei que aquele era um momento em que ela poderia tirar suas dúvidas e expor seus problemas mas, infelizmente, disse que sua prática era exemplar. Eu sabia que não. A professora poderia ter usado este caso para ter uma prática diferente e inclusiva de “se inspirar nessas expressões de dissidência para o próprio educar [...] o processo de aprendizado pode ser de ressignificação do estranho, do anormal como veículo de mudança social e abertura para o futuro” (MISKOLCI, 2016, p.67).

Esse exemplo costuma ser corriqueiro nas escolas, o discurso politicamente correto de professores(as) em eventos como formações continuadas e/ou conselhos de classes que expõem uma aceitação dos(as) diferentes, mas que se contradizem às práticas normatizadoras e excludentes que executam, é portanto um “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”.

4.2 Discurso II “Como vocês aceitam um professor homossexual na escola?”

No ano de 2014, ainda na rede pública de Itajaí/SC, fui chamado na direção para ser comunicado de algo que aconteceu no dia anterior, quando eu não estava naquela unidade. O pai e a mãe de um aluno do 9º ano do ensino fundamental foram chamados pela orientação escolar e diretoria para conversar sobre a indisciplina deste aluno que, de acordo com alguns(mas) professores(as), atrapalhava o andamento das aulas. Nunca tive grandes problemas com este aluno, além de conversas paralelas, e quando chamava a sua atenção nunca faltou com respeito. De acordo com a diretora, a conversa com o pai e a mãe seguia o seu curso, falando do mau comportamento do aluno, quando o aluno revidou: “Vocês falam de mim, do que eu faço, mas como vocês aceitam um professor homossexual na escola?”. O aluno falava de mim.

Éramos amigos em uma rede social, e ele tinha uma fotografia com minha sogra, vasculhou o perfil dela e acabou descobrindo que eu mantinha um relacionamento com outro

homem. Nunca havia falado da minha sexualidade com meus(minhas) alunos(as) sobre a minha sexualidade. Quando era questionado se eu tinha namorada ou esposa e dizia que não. E era verdade! Mas não tinha coragem naquele momento em revidar dizendo que eu mantinha um relacionamento com outro homem. De acordo com a pesquisa de Arthur Leonardo Costa Novo, intitulada "O armário na escola: regimes de visibilidade de professoras lésbicas e gays", realizada com professores(as) da rede pública da grande Florianópolis, isto é recorrente para outros(as) professores(as) gays e lésbicas:

A relação com as/os alunas/os se configura de outra forma. A concepção de que não há necessidade de falar sobre a sua própria orientação sexual é praticamente unânime. As narrativas repetem a percepção de que não é preciso declarar-se gay ou lésbica porque isso está explícito, seja por sua prática pedagógica (ao propor a discussão de temas como casamento entre pessoas do mesmo sexo, violência homofóbica etc), seja por considerarem que sua expressão de gênero é desviante da heteronormatividade (ex.: roupas, gestos, tom de voz, linguagem etc) e fala por si só (NOVO, 2015, p.155).

Mas eu sentia, e ainda sinto que há muitos(as) alunos(as) que tem dúvida sobre a minha sexualidade, e ainda perguntam. Hoje quando questionado não tenho receio de falar sobre isto. A instabilidade financeira, o medo de ser mandado embora por ser gay já passou. Sou professor efetivo da rede pública de Camboriú/SC e nas duas redes privadas que trabalho o corpo docente e administrativo também sabem da minha orientação sexual. Com o passar do tempo, em momentos de descontração como confraternizações vamos fazendo amizades, e nossos(as) colegas vão nos conhecendo melhor e observo o mesmo que viu Arthur Leonardo Costa Novo em sua pesquisa:

Nas relações com colegas, "se assumir" envolve um cuidado que frequentemente está centrado no quando e no como. Ocorre, frequentemente, em situações de informalidade, fora do ambiente ou de contextos de trabalho, e costuma se dar em trocas individuais ou pequenos grupos. Nestes contextos, a estratégia costuma ser a de falar sobre o relacionamento amoroso em que se está engajada/o no momento, trazendo sutilmente a informação de que a/o namorada/o ou companheira/o é do mesmo gênero (NOVO, 2015, p.153-154).

Se a escola sabe da orientação sexual do(a) seu(sua) profissional, este ambiente pode favorecer e dar segurança aos(as) professores(as) homossexuais, mas não impede que discursos homofóbicos sejam feitos por seus colegas. Normalmente, em minha experiência, quando alguma ironia ou piada é feita com gays, automaticamente olham para mim, e normalmente vem seguida de um pedido de desculpas ou, então, começamos um debate. Essas reflexões com meus(minhas) colegas são enriquecedoras e lhes dá, com o passar do tempo, maior prudência ao falar do tema. O fato dos(as) colegas saberem que há um professor gay na escola e que se

posiciona quando o tema aparece na sala dos professores pode ajudar na forma como estes(as) professores(as) falam em sala de aula também.

Naquele momento a diretora intercedeu contra o discurso do meu aluno, sobre a minha orientação sexual, dizendo que sabia que eu era gay, e que isso não influenciava em nada o meu lado profissional. Ao questionar o aluno sobre as aulas de História, e se em virtude de eu ser gay as aulas eram prejudicadas, e o aluno disse que não. De acordo com a diretora o pai e a mãe do garoto pediram desculpas, e se comprometeram a participar mais na tentativa de melhorar o comportamento do aluno.

Depois da descrição do que aconteceu a diretora me pediu o que eu gostaria de fazer. Eu disse que nada. Esse aluno, também era o *viadinho* da escola. Ele também sofria com piadinhas, pois tinha traços afeminados. Naquele momento ele mantinha um namoro com uma menina também do 9º ano. Falei para diretora, que quando criança eu não me aceitava, e achava que este menino poderia estar passando por um momento confuso. Talvez, assim como eu, ele estava tentando recusar, repudiar, abominar a homossexualidade. Atacar o seu professor gay era uma forma de se distanciar, de dizer que ele não aceitava aquilo.

Disse naquele momento para a diretora que era necessário falar sobre sexualidade na turma dele. E isto aconteceu. Um projeto interessante foi lançado na escola para a discussão de sexo e sexualidades com parceria com a Secretaria Municipal de Educação. O trabalho era realizado com uma professora de rede estadual junto com alunos(as) do ensino médio, a ideia era falar na linguagem dos(as) jovens, e diferente da educação sexual que tive na minha adolescência. Este projeto também incluía os dissidentes, e os homossexuais não eram mais tratados como “o grupo de risco”, a homossexualidade era apresentada como um comportamento humano, e não abominável como no meu tempo. Neste projeto a professora era apenas a orientadora, as palestras eram realizadas pelos(as) adolescentes, e talvez isso desse maior liberdade dos alunos dos anos finais do ensino fundamental em tirar suas dúvidas com os(as) colegas.

Depois de três anos ainda sou amigo na rede social daquele aluno, e no último dia dos namorados li um texto lindo que ele fez para o seu novo namorado. Este aluno me lembrou quem fui. Da repulsa que tinha com os gays, dos meus discursos homofóbicos, afinal, eu não queria admitir que meus opressores estavam certos, e que eu realmente era o *viadinho*.

4.3 Discurso III “*Viadinho, bicha, boiola, mulherzinha...*”

Em 2015 na escola pública que sou efetivo em Camboriú/SC, estava no corredor da escola um aluno com os olhos lacrimejando, quando me viu questionou se eu tinha visto a psicóloga da escola, lembrei que naquele dia ela não vinha. Perguntei o que estava acontecendo, e naquele momento ele começou a chorar dizendo que não aguentava mais as chacotas. Este aluno é mais um exemplo de que os sinais afeminados estimulam o preconceito. Este menino era delicado, tinha os cabelos compridos, dedicado aos estudos, caprichoso nos trabalhos, características que normalmente são femininas. Me lembro que na infância alguns meninos diziam que eu tinha "letra de menina". Estavam frente a frente duas gerações de *viadinhos da escola*, e notava que nada parecia mudar em relação a forma como estudantes são tratados na escola, tal como observa Richard Miskolci:

Como profissionais da educação costumam testemunhar, são meninos femininos e meninas masculinas, pessoas andrógenas ou que adotam um gênero distinto do esperado socialmente, que costumam sofrer injúrias e outras formas de violência no ambiente escolar (MISKOLCI, 2016, p.33).

Como estava com aula vaga, levei o garoto para a sala da psicóloga, mesmo sem a presença dela para tentar ajuda-lo, e questionei que chacotas eram aquelas. Falando e chorando ele descreveu que sua vida era um inferno, pois na escola, no ônibus da escola e até em casa na fala do seu cunhado ele sofria preconceito. Dizia que o chamavam de "*viadinho*, bicha, boiola, mulherzinha". Entendo o quanto essas injúrias "são traumatismos sentidos de modo mais ou menos violento no instante, mas que se inscrevem na memória e no corpo" (ERIBON, 2008, p.27)

Naquele momento, contei para ele um pouco da minha história, e que ele estava na frente de alguém que havia passado o mesmo que ele. Falamos por uns 20 minutos, e o principal conselho que dei a ele foi que ele deveria sempre denunciar seus agressores. Me lembro que muitas vezes sofri calado, não denunciava meus agressores por medo, ou por achar que não resolveriam o problema. As ofensas que sofria eram severas, mesmo quando tentava disfarçar como se não fosse comigo, eu sabia que estavam direcionadas a mim. Identifiquei-me portanto com a análise que Didier Eribon faz sobre a injúria em relação à homossexualidade masculina:

Logo, o insulto é um veredito. É uma sentença quase definitiva, uma condenação perpétua, e com a qual vai ser preciso viver. Um gay aprende a sua diferença sob o choque da injúria e seus efeitos, dos quais o principal é seguramente a conscientização dessa dissimetria fundamental instaurada pelo ato da linguagem: descubro que sou alguém de quem se pode dizer isso ou aquilo, alguém a quem se pode dizer isso ou aquilo, alguém que é objeto dos olhares, dos discursos e que é estigmatizado por esses olhares e esses discursos (ERIBON, 2008, p.28).

Instruí meu aluno que ele deveria sempre denunciar aquelas agressões para a diretoria, para a orientação, ou então, para mim. Garanti a ele que eu faria de tudo para que isso mudasse, e que ele poderia contar comigo. Saí da sala da psicóloga e fui direto na sala da supervisão e orientação escolar. relatei o acontecido e disse que deveríamos fazer algo urgente. Na semana seguinte vi este aluno com o cabelo cortado. Imaginei na hora que ele começava a agir como eu, tentado se policiar, e normalmente fazemos isso ocultando tudo o que temos de feminino. Acompanhava mais um caso da heteronormatividade.

Em poucos meses a escola começou a trabalhar um projeto sobre bullying na escola. Mas nem todos(as) os(as) professores(as) se dedicaram, e participaram com afinco. Acredito não ter resolvido o problema, mas toda a prática didática tem seus pontos positivos. Esse projeto deu voz a uma série de alunos(as) que se levantaram em sala de aula para dizer o quanto estavam insatisfeitas com o bullying que sofriam dos colegas. Aos poucos vamos dando voz aos que normalmente são silenciados. O garoto mudou para o turno matutino e não pude mais o acompanhar, me preocupa imaginar se está sendo aceito pelo grupo, se ainda sofre, ou se como na minha infância, preocupa-se em policiar seus trejeitos para ser aceito, negando quem ele é, criando uma máscara, ou “entrando em um armário”.

4.4 Discurso IV “Ele é cheio de tiques e trejeitos e ainda reclama!”

Na “imaculada” sala dos(as) professores(as) sempre surgem as pérolas preconceituosas. Em 2013, também em uma escola pública de Itajaí/SC, ouvi uma conversa de professoras, orientadora e supervisora escolar sobre o comportamento de um aluno do 6º ano. Segundo as professoras, ele sempre conversa e sai do seu lugar durante as aulas. A professora de educação física reclamava que ele estava há algumas semanas usando toca na cabeça, e que não queria tirar a toca, mesmo em dias quentes, e que havia dito ao aluno que ou ele tirava a toca, ou não participaria mais das aulas de educação física. A forma arbitrária da educadora me chamou a atenção. No dia anterior eu o havia visto chorando na frente da sala da orientação escolar, e quando questionei o que estava acontecendo, sussurrando ele dizia que sua irmã havia cortado seu cabelo, e como ele não havia gostado estava usando uma toca até o cabelo crescer. Disse a ele que conversasse com a professora de forma mais explicativa, que expusesse o problema, acreditando que ela entenderia, mas pelo comentário no dia seguinte, acho que minha orientação não serviu.

Quando da exposição do fato na sala dos(as) professores(as) a educadora reiterou o que o mesmo havia me relatado. Como resposta ela me disse que ele havia sido grosseiro, e que já estava tomada a decisão, ou ele tirava a toca ou não faria mais as suas aulas.

O assunto ainda se estendeu sobre seu comportamento e trejeitos femininos. Uma das professoras chegou imitá-lo no modo de andar e falou: “Gente ele anda assim, e ainda empina a bunda”. A orientadora disse que ele sempre está em sua sala reclamando do bullying que sofre dos colegas, e a supervisora assim respondeu: “Claro! Ele é cheio de tiques e trejeitos e ainda reclama que os outros estão mexendo com ele”. Vi nesta situação o que a bibliografia sobre o tema reforça, de que a escola não protege estes(as) estudantes:

Na verdade, ironias, piadas, injúrias e ameaças costumam preceder tapas, socos e surras. A recusa violenta de formas de expressão de gênero ou sexualidade em desacordo como padrão é antecedida e até apoiada por um processo educativo heterossexista (MISKOLCI, 2016, p.35).

Notem que os preconceitos dos(as) profissionais reforçam os discursos dos corredores. É como se fosse o endosso das falas dos(as) alunos(as) opressores(as). Esta cena mostra a arbitrariedade dos(as) professores(as), muitas vezes não respeitando as vontades dos(as) estudantes, e algo ainda mais sério, que quando nós, “*viadinhos*”, gritamos por ajuda para aqueles(as) que deveriam nos defender no espaço escolar, estes ainda zombam da gente.

4.5 Discurso V “Tudo o que bicha coloca a mão fica bom!”

Sempre quis realizar em uma escola pública uma Feira de História, quando me efetivei achei que seria possível. Em 2016 pude realizar este projeto em parceria com o outro professor de História. Foram três meses de preparação com os(as) alunos(as) e o evento foi realizado com sucesso. Na semana seguinte entro em uma sala da escola e sou surpreendido pela fala de um aluno: “Professor, o senhor não imagina o que a professora de matemática falou de você e do outro professor”.

Tentei não dar muita importância, mas logo outros(as) alunos(as) começaram a ter a mesma fala, criando um suspense. Então questionei, e um deles falou que os(as) alunos(as) estavam elogiando os trabalhos da feira durante a aula, e a professora teria dito: “Realmente ficou lindo, afinal, tudo que bicha coloca a mão fica bom! Eu adoro aquelas bichinhas”. Tentei rir da situação, mas fiquei estarecido. Sim, somos amigos, eu e a professora de matemática, e ela sabe que eu e o outro professor somos homossexuais. Me chamar de “bichinha” em sala de aula para os(as) alunos(as) foi um tanto surpreendente. Não por expor minha orientação sexual, mas pelo fato de intitular-me com um termo pejorativo, em tom obviamente preconceituoso.

Ela estava oportunizando aos(às) alunos(as) um discurso de que “se ele é meu amigo, eu posso chama-lo assim”, justamente o discurso dos(as) alunos(as) opressores(as), normalmente eles(as) afirmam que fizeram aquela “brincadeira”/bullying porque são amigos.

Assim que bateu o sino da troca de aula, como eu tinha um horário livre fui procurar a professora, mas ela não estava no colégio. Falei com meu colega de História, que na hora ficou indignado e fomos juntos até a supervisão para reclamar da postura da colega.

No dia seguinte era minha folga, mas fui informado pela supervisão que conversou com a professora que ela havia entrado na mesma turma e pedido desculpas pela fala relacionada com os professores de História. Quando no reencontramos, conversamos e ela nos pediu desculpas. Foi o momento ideal para alertá-la que este tipo de discurso fortalece o preconceito.

Acho que a maior lição neste caso foi a minha reação. Se fosse há alguns anos atrás possivelmente me silenciaria. Mas hoje sei que o silêncio fortalece o preconceito. É habitual vermos que “nas escolas prevalecem professoras/es com despreparo teórico, divergências de posicionamento e resistência a determinados temas” (NOVO, 2015, p.71). Logo, se nós, que entendemos que estes discursos fomentam a violência de gênero, ficarmos calados(as), automaticamente a educação não avançará, não superará os velhos preconceitos.

4.6 Discurso VI “Não quero que meu filho use fantasias de meninas”

Em 2014 em uma escola particular de Itajaí/SC conversava sobre sexualidade com uma colega que era coordenadora da educação infantil e ela me disse o que havia acontecido há alguns anos atrás. Nesta escola uma vez por semana os(as) alunos(as) da educação infantil usavam fantasias de personagens (heróis, fadas, princesas, animais...) e tinha um menino que sempre escolhia as personagens femininas. Certo dia o pai e a mãe a procuraram, pois o menino havia contado que tinha se vestido de princesa na escola, e em reunião a família solicitou que a professora não autorizasse o menino a se vestir com fantasias femininas, apenas fantasias masculinas. A coordenadora disse ao pai e a mãe que era apenas uma brincadeira, e que isso era importante na educação do garoto. Os dois insistiram, o pai foi incisivo: “Não quero que meu filho use fantasias de meninas”. Saber que seu filho escolhia fantasias femininas era algo ameaçador ao menino na visão desta família.

É verdade que na socialização masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna até o polo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal. (WELZER-LANG, 2001, p.465)

De acordo com Berenice Bento as questões de imposição gênero da heteronormatividade não estão apenas no ambiente escolar “há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola” (BENTO, 2011 apud MISKOLCI, 2016, p.56).

Depois de uma longa discussão a coordenadora disse ter dado escolha à família de tirarem o filho da escola, pois ali, naquele colégio o menino teria as suas escolhas respeitadas. E parece que esse posicionamento da coordenadora foi positivo, pois a família manteve o garoto na escola.

Este caso mostra a importância de que a escola proteja os seus alunos, afinal, a violência também pode vir de casa. A instituição escolar deve se impôr como instituição que defende seus agentes, inclusive com suas diversidades. São nestes ambientes, que acolhem os diferentes, que nós, alunos(as) e professores(as) nos sentimos protegidos. São nesses ambientes, que todos(as) saem ganhando por deixar a diversidade acontecer.

Em uma perspectiva não normalizadora, educar seria uma atividade dialógica em que as experiências até hoje invisibilizadas, não reconhecidas ou, mais comumente, violentadas, passassem a ser incorporadas no cotidiano escolar, modificando a hierarquia entre quem educa e quem é educado e buscando estabelecer mais simetria entre elas de forma a se passar da educação para um aprendizado relacional e transformador para ambos (MISKOLCI, 2016, p.55).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos depararmos com estes exemplos identificamos que a escola perpetua os preconceitos, e até o próprio corpo profissional da escola se mostra despreparado e gerador de discursos homofóbicos. Daí a importância de se transformar instituição escolar como um todo, não apenas para tolerar os diferentes, afinal, como afirma Richard Miskolci: “tolerar é muito diferente de reconhecer o outro, de valorizá-lo em sua especificidade, e conviver com a diversidade também não quer dizer aceita-la” (MISKOLCI, 2016, p.50).

Este modelo de escola que se apresenta até os dias atuais é um espaço que segrega. Os(as) alunos(as) diferentes não obtém respostas nem apoio. E como em alguns exemplos já citados, aqueles(as) que deveriam proteger, são inclusive, fomentadores(as) de discursos preconceituosos. E isso traz vários problemas, um deles é a falta de vontade desses(as) diferentes em frequentar em se integrar e participar do processo educativo.

Na escola o bullying homofóbico tem resultado na evasão escolar de estudantes que expressam identidades sexuais e de gênero diferentes da norma heterossexual, e mesmo nas tentativas de suicídio de adolescentes em conflito com sua identidade sexual e de gênero, devido aos preconceitos e a discriminação sofrida no espaço escolar (DINIS, 2011, p.42 - 43).

O ambiente escolar costuma negar a homossexualidade, e “o lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância (LOURO, 2000, p. 30). Porém, devemos lembrar que é dever da educação oferecer condições de igualdade, “reconhecendo e promovendo a multiplicidade de ideias e de concepções pedagógicas” (LIONÇO, 2009, p.6).

Mas esse modelo de educação se faz na coletividade e com preparo de seus(uas) agentes. Logo, a formação dos (as) profissionais em educação é fundamental. E esta formação deve ser feita ainda nas graduações, e em formações complementares. Um desses exemplo é executada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) através dos cursos do projeto “Gênero e Diversidade na Escola” que tem como objetivo

oferecer conhecimentos acerca da promoção, do respeito e da valorização da diversidade étnico-racial, de orientação sexual, identidade de gênero e questões relativas à deficiência, colaborando para o enfrentamento da violência sexista, étnico-racial e homofóbica no âmbito das escolas (GDE/IEG, UFSC, 2016).

São formações assim que promovem a valorização da diversidade. Logo, nós profissionais em educação que temos acesso a aulas, materiais didáticos, e espaços para expormos nossas experiências, e também nossas dificuldades, temos a oportunidade de transformarmos as nossas práticas. Sem (in)formação os(as) educadores(as) estarão

despreparados(as) para atuar, impedir preconceitos e promover a diversidade. Daí um exemplo da importância da formação profissional.

Outra solução é a implantação de políticas públicas de fomento a diversidade, voltadas a educação. Atualmente a discussão de gênero nos planos municipais de educação, estão sendo veementemente repudiados por alguns(mas) vereadores(as) e membros das comunidades locais, por entenderem as questões de gênero como uma possível "ditadura gay e/ou feminista". Imagine-se, erroneamente, que por incluírem o estudo de gênero nos planos municipais, os(as) professores(as) doutrinariam a superioridade feminina, e a homossexualidade nas escolas. É justamente essa falta de inclusão nos planejamentos e práticas educativas que promovem, ou pelo menos conservam os velhos preconceitos.

A compreensão das relações de gênero pela escola corre o risco de permanecer velada, uma vez que as políticas públicas não as mencionam e, quando o fazem, não exploram em todos os temas e itens curriculares os antagonismos de gênero presentes na organização do ensino e no cotidiano escolar (VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p.101).

A discussão de gênero proporcionará aos(às) agentes educacionais um estado de enfrentamento com seus velhos preconceitos.

Ainda há aqueles que, por ignorância, preconceito, comodidade, se ‘recusam’ a notar os alunos que fogem à regra heterossexual, invisibilizando-os, e se distanciando do papel da escola, que deveria, em meu ver, ter como proposta maior ser uma instituição de (trans)formação social (FREITAS, 2010, p.223).

Esta discussão é necessária para que indivíduos que, como eu, sofreram e ainda sofrem no ambiente escolar, possam ter uma qualidade de vida e interação com os(as) demais estudantes, de maneira tranquila, respeitosa e igualitária. Sabemos que as diferenças podem ocasionar conflitos na escola, mas “é preciso que tenhamos clareza de que o problema a ser enfrentado não são as diferenças, mas as desigualdades” (VENCATO, 2014, p.221).

Portanto, se faz necessário que os(as) diferentes tenham voz, que sejam percebidos(as), para que nós educadores(as) possamos percebê-los(as) e que possamos planejar e executar uma educação que respeite aqueles(as) que até hoje foram alvo de piadas e ataques e que suas reivindicações normalmente são silenciadas.

Este trabalho pretende questionar os discursos sobre a homossexualidade masculina dentro da escola, tomando como objeto de estudo minha trajetória enquanto estudante e professor.

Analisar tais discursos é uma tentativa de lutar contra a ignorância transformada em intolerância, ou, contra a tolerância que também promove a discriminação.

Narrar a minha história não foi uma tarefa fácil, afinal tive que reviver episódios que tentei esquecer. Relembrar a minha infância e adolescência, e o que passei nos corredores e salas de aula, foi ficar de frente com velhos fantasmas. Ao mesmo tempo, permitiu desenvolver uma reflexividade em torno de minha própria condição homossexual, pois pude perceber como me construí ao longo do tempo.

É importante perceber a força que as injúrias refletem na vida dos(as) estudantes diferentes. É importante perceber a força da heteronormatividade na sociedade, e mesmo depois de mais de duas décadas, eu pude perceber que velhos discursos ainda permeiam as estruturas das escolas. Este heterossexismo, de que todos(as) são, ou deveriam ser, heterossexuais está na escola inserido nas ofensas dos(as) alunos(as), na estrutura física e organizacional, nos discursos de professores(as) e funcionários(as), “nos materiais didáticos que mostram apenas casais formados por um homem e uma mulher” (MISKOLCI, 2016, p.46).

Este ambiente repleto de segrego, acaba gerando incertezas e tristezas daqueles(as) que não se identificam com o que lhes é apresentado. Nós diferentes, sofremos quando descobrimos que realmente não somos aquilo que é chamado de normal. Alguns(mas) se adaptam ao sofrimento, outros(as) silenciam, outros(as) desistem do sistema educacional, outros(as) se tornam agressivos, e há inclusive aqueles(as) que desistem de viver.

Portanto, precisamos rever a escola, afinal, este modelo que temos hoje ainda segrega, ridiculariza e violenta aqueles(as) que não se encaixam no “padrão” que a sociedade deseja. E isso não se trata em fazer a defesa da homossexualidade nas escolas, mas “recusar os valores morais violentos que instituem e fazem valer a velha abjeção” (MISKOLCI, 2016, p.25).

Os discursos que foram proferidos ao longo da história para demonizar, classificar, e inferiorizar os(as) homossexuais ainda estão presentes na contemporaneidade através de preconceito explícito e/ou velado em piadas, “brincadeiras” e ironias.

Dentro do ambiente escolar - que imaginariamos um espaço de entendimento e respeito às diferenças-, infelizmente é repleto de discursos homofóbicos nos corredores, salas de aula e inclusive nas salas de professores(as). Neste cenário a discriminação e suas dores machucam aqueles(as) que não se comportam segundo a heteronormatividade.

Mas por que discursos ofensivos ainda estão na escola? Podemos destacar a falta de legislação, de formação profissional, e de boas práticas pedagógicas. Precisamos de leis que garantam a inclusão das temáticas de gênero em sala de aula, porém, mesmo que a legislação não exista, isso não exime os(as) professores(as) de identificar os preconceitos e trabalhar no respeito às diferenças, ou antes disso, trabalhar temáticas que venham prevenir preconceitos e agressões. Também é necessária a formação destes(as) profissionais, pois o(a) professor(a)

precisa perceber que sua função é mediar a aprendizagem e garantir que a escola atenda todas as diferenças. Formações podem auxiliar os(as) profissionais a identificar que seus discursos podem fomentar preconceito ou respeito. Portanto, com um cenário propício, cabe a execução de boas práticas, com planejamentos e aulas que respeitem todos(as).

Enquanto aluno fui chamado de *viadinho*, hoje não sou mais atacado como no passado, mas imagino que ainda existam aqueles(as) que ainda me identifiquem assim. No entanto, agora como professor, ainda vejo meninos e meninas sendo atacados diariamente da mesma forma como eu sofria. Os *viadinhos* ainda existem e ainda sofrem. E pior, preferem o silêncio pois não acreditam mais em seus(suas) professores(as), pois esses(as) não os defendem, não os incluem, não os respeitam. Reflitam. Façamos uma escola diferente!

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. Juventude e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426 p.
- ARIES, Philippe; BÉJIN, Andre (Orgs.). Sexualidades ocidentais. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549 – 559, maio-ago. 2011.
- BIBLÍA SAGRADA. Tradução João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.
- BRANDÃO, Carlos R. Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CORNEJO, Giancarlo. A guerra declarada contra o menino afeminado. In: MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. ver. e ampl. 3. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016, p. 73 – 82.
- DINIS, Nilson Fernando. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. Educar em Revista, Curitiba: UFPR. n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011.
- DOUSTE-Blazy, Philippe. As lutas pela tolerância hoje. In: DUCROCQ-BARRET, Françoise. A Intolerância: Fórum Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 1997, La Sorbonne, 1997. Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- ERIBON, Didier. Reflexões sobre a questão gay. Rio de Janeiro: Companhia Freud, 2008.
- FACIOLI, Laura. Uma escola para a diferença. Revista de História da Biblioteca Nacional, p. 13 - 47, 01 ago. 2015.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. Em defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. Um diálogo sobre os prazeres do sexo. Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum. 2. ed. São Paulo: Landy, 2005.
- FREITAS, José Guilherme de Oliveira. No quadro: o tema diversidade sexual na escola, com foco na homossexualidade. Nas carteiras escolares: os professores. Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

GDE/IEG, UFSC. Apresentação do curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola. 2015. Disponível em: < <https://ead.ufsc.br/generoediversidadenaescola/apresentacao-do-curso/>>. Acesso em: 02 de nov. 2016.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Tradução Maria Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GREEN, James. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. 2012. Disponível em: < http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

_____. Masculinidade: Uma revisão teórica. Mandrágora (São Bernardo do Campo), v. XII, p. 21-42, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. “Gênero: um olhar estruturalista” in PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (org.) Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis, Editora Mulheres, 1998, p. 43-55.

LIONÇO, Tatiana. Gênero e sexualidade na prática didático-pedagógica: saúde, direitos humanos e democracia. ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, n. 69, ano IX, set. 2009. Brasília: Letras Livres. Disponível em: <http://www.anis.org.br/biblioteca/2014-11/sa69_lionco_generosexualidadeescolaspdf.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias [online]. 2009, n.21, pp.150-182.

_____. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. ver. e ampl. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

MOTT, Luís. Pecados Nefandos. Revista Nossa História. Rio de Janeiro. Ano 1, nº 8, jun/2004.

MUSSKOPF, André Sidnei. Via(da)gens teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil . Orientador Rudolf von Sinner. São Leopoldo: EST/PPG, 2008. 524 f.

NOVO, Arthur Leonardo Costa. O armário na escola: regimes de visibilidade de professores lésbicas e gays. 2015. 204 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2015.

PLATÃO. Apologia de Sócrates e O Banquete. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ROMERO, Abelardo. Origem da imoralidade no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1967 apud TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.65.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. Cadernos pagu (28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/UNICAMP, 2007, pp.19-54.

SHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. Revista Bagoas, 5, 2010, 67-78.

SILVA, Leandro Soares da. . Vinte e quatro notas de viagem. Periódicus , v. 1, p. 216-226, 2015.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VENCATO, Anna Paula. A diferença dos outros: discursos sobre diferenças no curso Gênero e Diversidade na Escola da UFSCar. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. v. 4, n. 1 (2014): Janeiro – Junho de 2014, P. 211-229.

VIANNA, Claudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra G. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil : 1988-2002. Cadernos de pesquisa : revista de estudos e pesquisa em educação . São Paulo : Fundação Carlos Chagas, v. 34, n. 121, (jan.-abr. 2004), p. 77-104.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: v. 9, n. 2, 2001.